

Todo mundo tem seu palpite a dar sobre o crescimento da economia brasileira em 1981. Em cinco por cento, é verdade, ninguém fala mais, mas entre os quatro por cento negativos os quatro por cento positivos, há previsões para todos os gostos. Dentro e fora do Governo. A maioria das opiniões, de qualquer forma, indica um crescimento inferior ao demográfico. Ou seja, o Produto Interno Bruto crescerá menos do que a população.

As esperanças dos que apontam um índice maior residem basicamente na possibilidade de reativação de setores da indústria até o final do ano. Há alguns indicadores nesse sentido, além do reaquecimento sazonal, comum no segundo semestre. O crédito encontra agora folga ligeiramente maior, mesmo dentro dos limites fixados no final do ano passado. E a nova tabela de descontos do imposto de renda na fonte injetará na economia um razoável volume de recursos. Isso será suficiente, porém, para reestimar a indústria a ponto de levá-la a uma performance melhor que os seis por cento negativos registrados desde o início do ano?

Essa pergunta, combinada com outra — o que acabará por mostrar o setor de serviços? — é decisiva para os exercícios de futurologia. Há os que acreditam que sim, como há os que crêem precisamente no contrário. Mais importante do que se debruçar sobre bolas de cristal é, porém, examinar as previsões com as quais o Governo e as empresas privadas estão efetivamente trabalhando, pois é essa ação que definirá a economia.

Ao menos dois Ministérios da área econômica estão, há alguns meses, operando na crença de que a indústria terá mesmo crescimento zero e que a expansão agrícola será insuficiente para elevar o PIB além do 1,5 por cento, tendo em vista ainda o efeito de sua evolução sobre o setor de serviços.

As grandes empresas privadas vêm agindo em função de expectativas ainda mais pessimistas. Seus investimentos, inclusive, são feitos — quando o são — dentro de uma perspectiva de crescimento negativo da economia. E daí virá, provavelmente, uma nova pauta de reivindicações a serem encaminhadas durante a elaboração e aplicação dos orçamentos federais.

A resposta a essas dúvidas só virá, de qualquer forma, quando se calcularem os índices, já no final do ano. Exatamente por isso a polêmica desviou-se para as fórmulas de cálculo. A Fundação Getúlio Vargas, a propósito, decide agora qual a fórmula que aplicará, parecendo quase certo que introduzirá modificações no sistema até agora empregado.

Ainda não se chegou a acusar frontalmente a FGV de manipular — ou pretender manipular — os dados. No entanto, os argumentos empregados para justificar a

eventual alteração já estão sob fogo cerrado. Não se discute que o peso relativo dos diversos setores da economia tende a se modificar com o tempo, o que é mais do que natural. Duvida-se, porém, de que a FGV disponha, no momento, de dados que lhe permitam precisar qual a efetiva ampliação do peso da agricultura no câmputo geral. Essa discussão certamente se estenderá por um bom tempo, antes, durante e depois de se fazerem as contas.

Em um sentido essa discussão é estéril. A economia não é gregoriana, ou seja, não é o dado de 1º de janeiro a 31 de dezembro que, por si só, constitui o único ou mesmo o principal indicador a ser levado em consideração. Para isso, já há uma série de elementos, que serão atualizados; nem todos otimistas, muitos pessimistas. Mas, retirando o efeito psicológico, este sim talvez gregoriano, dados como o declínio da produção industrial ou a queda da inflação já estão aí como sinais do que vem ocorrendo e do que poderá ocorrer.